

# LITERATURA E HISTÓRIA: A MIMESE COMO MEDIAÇÃO

Claudia CAIMI<sup>1</sup>

- RESUMO: Paul Ricoeur entende que a literatura e a história se entrecruzam na refiguração do tempo possibilitada pela leitura. Nesse sentido, a relação que há entre elas estabelece-se na mimese, compreendida por ele como mimese de ação, já que esta, ao mesmo tempo em que é mediação (prefiguração, configuração e refiguração), faz a mediação entre tempo e narrativa, pois só há tempo pensado quando narrado. Esse processo mediativo hermenêutico da mimese se dá porque na obra é possível configurar a ação humana e refigurá-la na leitura.
- PALAVRAS-CHAVE: Paul Ricoeur; literatura; história; mimese; tempo; narrativa.

Paul Ricoeur estabelece a relação entre literatura e história a partir da mediação hermenêutica proporcionada pela mimese. Ele busca discutir a distância entre a linguagem e o mundo mediada pelo duplo sentido das estruturas das formas lingüísticas aparentadas, como a metáfora e o discurso poético, que preservam o poder criador da linguagem e a capacidade de redescrição do mundo.

Ricoeur (1994) considera a função mimética apenas uma aplicação particular da referência metafórica na esfera do agir humano, pois se exerce no campo das ações e de seus valores temporais, enquanto a redescrição metafórica reina no campo dos valores sensoriais, estéticos e axiológicos. Dessa forma, a mimese se coloca entre tempo e narrativa através da função mediadora da refiguração. Essa posição traz três questões para serem analisadas: a) a relação entre metáfora e mimese; b) o estreitamento da mimese à condição narrativa (ação e tempo); c) a função mediadora que a mimese assume.

A questão da metáfora é deslocada pelo autor (RICOEUR, 1983 e 1987) da compreensão da retórica clássica, que a localiza na semântica da palavra, tomando-a como uma figura de discurso que diz respeito à denominação, para a semântica da frase. Apoiando-se em Benveniste<sup>2</sup>, Ricoeur (1983, p.105-18) situa a metáfora no nível da frase, na enunciação, considerando-a um fenômeno do real funcionamento da operação de predicação da frase. Entende que a tensão estabelecida entre os termos numa enunciação metafórica não é entre palavras, mas entre duas interpretações

<sup>1</sup> Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação – UNIJUÍ – 98700.000 – Ijuí – RS – caimi@unijui.tche.br

<sup>2</sup> Benveniste distingue língua e discurso, colocando os signos no nível da língua e a frase no nível do discurso. A frase é uma unidade semântica, enquanto o signo é da ordem da semiótica.

opostas da enunciação. A metáfora só existe numa e por uma interpretação, já que seu sentido é perpassado por uma interpretação literal que se auto-destrói numa contradição significativa. Essa contradição descortina um sentido, ou seja, é a inconsistência/impertinência semântica interpretada ao pé da letra que faz surgir a metáfora. O resultado da discordância na frase é uma nova extensão de sentido, um sentido ampliado, no qual não há um sentido literal anterior, mas a criação de algo novo.

A posição da retórica clássica é que na metáfora a relação de semelhança dá-se através da substituição de uma idéia primitiva por uma idéia nova. Ricoeur sustenta que a relação de semelhança na metáfora não se dá por substituição (de um sentido literal por um sentido figurado), mas por interação. Dá-se como um paralelo, de modo que uma situação é apresentada ou descrita nos termos de uma outra que lhe é semelhante. Assim, a semelhança na metáfora atribui predicados aos nomes e não substitui nomes: “o que produz uma nova pertinência semântica é uma espécie de proximidade semântica estabelecida entre os termos, apesar da sua distância” (RICOEUR, 1983, p. 289). A tensão, a contradição, a contraversão são o reverso do tipo de aproximação através da qual a metáfora faz sentido.

A transposição, esse processo que une idéias estranhas entre si, porque afastadas, emerge de uma percepção da ordem do ver (RICOEUR, 1983)<sup>3</sup> e se dá na construção discursiva. Segundo Ricoeur, esse olhar deve ser conduzido para a estrutura lógica do semelhante, já que no enunciado metafórico o trabalho da semelhança ocorre na contradição literal que mantém a diferença. “O ‘mesmo’ e o ‘diferente’ não são misturados, permanecem opostos, de forma que o ‘mesmo’ opera ‘apesar’ do diferente” (RICOEUR, 1983, p. 294). A metáfora mostra de maneira aberta, por intermédio de um conflito entre identidade e diferença, o processo que, de modo encoberto, engendra as áreas semânticas, por tensão das diferenças na identidade.

O conflito entre identidade e diferença, que é visível na metáfora, provém da imaginação, diz Ricoeur (1983, p.293-99), local das significações nascentes. O imaginário se realiza no ato de ler e revela o “ver como”, a semelhança, ou a relação intuitiva que mantém juntos o sentido e a imagem. É esse caráter de vivacidade da metáfora, de “pôr diante dos olhos” uma inovação de sentido que permite a Ricoeur (1983, p.70) repensar a referência metafórica. Diz ele que a maneira como o sentido metafórico se constitui condiciona o desmoronamento da referência primária. A partir dessa primeira fase de autodestruição do sentido, por influência da impertinência semântica, surge uma inovação de sentido obtida pela “torção” do sentido literal. Portanto, no discurso metafórico, o poder referencial une-se ao eclipse da referência ordinária. O enunciado metafórico mostra, de forma clara, a relação entre referência

suspendida e referência manifestada e esse modo mais fundamental de referência, de referência duplicada, é explicitado na interpretação<sup>4</sup>.

A realidade (referência) que a metáfora alcança é mais real que as aparências, está associada à dimensão fictícia<sup>5</sup> que redescreve a realidade. Segundo Ricoeur (1990), a redescrição, guiada pela ação recíproca entre diferença e semelhança, suscita a tensão na enunciação da qual emana uma nova visão de realidade<sup>6</sup>, “essa é como que ampliada de modo que não significa mais uma relação de manipulação de objetos do discurso pelo sujeito, mas também - e talvez mais originalmente - uma relação de pertencimento (*appartenance*) desse sujeito ao mundo” (GAGNEBIN, 1997, p.261-71). Esse uso tensivo da linguagem manifesta-se no verbo ser, entre um “é” e um “não é”, pois, diz Ricoeur (1983, p. 380), “a verdade metafórica é a inclusão do ‘não é’ (crítico) na veemência ontológica do ‘é’”.

Para Ricoeur (1994, p. 11-2) a função mimética da narrativa apresenta o mesmo processo da referência metafórica, pois a mimese é, de acordo com a leitura que ele faz do conceito em Aristóteles, um processo ativo e dinâmico de produzir a representação<sup>7</sup> ou a imitação da ação (agenciando fatos) no meio da linguagem métrica. O autor propõe compreender a mimese identificada com o *mythos* (intriga), ou por ele tornada possível, pois a atividade mimética produz a disposição dos fatos pela tessitura da intriga, dando ênfase ao seu caráter de coerência, ao seu fazer. O correlato de inovação de sentido na mimese narrativa é, então, a invenção da intriga, que também é uma obra de síntese do heterogêneo (na ordem da ação temporal una e completa), que, como a produzida pela metáfora, surge na linguagem no nível do discurso.

O paralelismo entre mimese e metáfora é reforçado ainda pelo fato de ambas produzirem sua inovação semântica a partir da imaginação do produtor e do esquematismo, como também de produzirem a sua referência. A imaginação produtora no processo metafórico resulta em novas espécies lógicas por assimilação de predicação, a despeito das categorizações usuais da linguagem. Na intriga, ela integra uma história inteira e completa aos eventos múltiplos e dispersos, esquematizando as significações

<sup>4</sup> Segundo Ricoeur o processo hermenêutico possibilita pensar a referência metafórica e poética para além do dado, no vir-a-ser que a interpretação estabelece a partir da leitura.

<sup>5</sup> Ricoeur (1997) entende que a ficção está restrita às criações literárias que ignoram a ambição, característica da narrativa histórica, de constituir uma narrativa verdadeira.

<sup>6</sup> Para melhor demonstrar a função referencial da metáfora o autor aproxima-a da noção de “modelo”. Segundo ele, há um parentesco entre metáfora e modelo, pois a metáfora está para a linguagem poética como o modelo está para a linguagem científica, quanto à relação com o real. Na linguagem científica, o modelo é um instrumento heurístico que visa, por intermédio da ficção, destruir uma interpretação inadequada e abrir caminho a uma nova interpretação. É, portanto, um instrumento de redescrição. “O modelo tem apenas as propriedades que lhe são atribuídas pela convenção da linguagem, fora de todo controle por meio de uma construção real.” (RICOEUR, 1983, p. 359).

<sup>7</sup> Ricoeur não entra na discussão da diferença entre imitar e representar porque considera que o mais importante na mimese é enfatizar o caráter de transposição, o caráter operatório do conceito.

inteligíveis. O paralelismo na referência diz respeito à função poética, que também suspende a função referencial direta e, desse modo, libera uma função referencial mais dissimulada, que traz à linguagem aspectos, qualidades, valores da realidade que não podem ser ditos na linguagem diretamente descritiva, uma espécie de referência não descritiva do mundo, “um situar no mundo”.

O fato de Ricoeur (1994) ligar o conceito de mimese ao de metáfora leva-o a preservar no significado do termo, para além de seu caráter composicional, uma referência que precede a composição poética e é, ao mesmo tempo, superada por ela. Ou seja, o estatuto da “transposição metafórica” é agregado ao do “agenciamento de fatos”, de forma a configurar uma referência. Também vai perceber, no próprio texto de Aristóteles, um ponto de chegada, um dinamismo estabelecido pelo espectador/leitor. Com esse procedimento, Ricoeur (1994) estende a mimese para além de sua função de configuração, a fim de reforçar sua função de mediação, que conduz, pelo seu papel de refiguração, de um ponto de partida do texto ao ponto de chegada do texto. A distinção desses processos leva o autor a considerar a mimese a partir de três momentos denominados: mimese I, mimese II e mimese III.

É a pressuposição ética que Aristóteles apresenta na *Poética* (1966), ao qualificar as personagens em ação, que marca para Ricoeur a mimese I, pois as qualificações éticas vêm do real. A mimese I é como o elo com o fundo cultural que é deslocado, transposto no movimento para a mimese II, em que é rompido, para ser, posteriormente, na mimese III, apropriado pelo leitor.

Para Ricoeur (1994, p. 88-101), a composição da intriga está necessariamente enraizada numa pré-compreensão de mundo e de ação, seja pelas suas estruturas inteligíveis (falar algo com um fim, esse algo é feito por alguém, em determinadas circunstâncias, que estabelece interação com outros e alcança resultados, tudo isso unido em um discurso), seja pelas suas forças simbólicas (a ação narrada está articulada em signos, regras, normas simbolicamente mediatizadas, ou seja, está conectada a processos culturais que articulam a experiência incorporando-se à ação e oferecendo a ela uma legibilidade e regras de valor), e, por último, pelo seu caráter temporal (os traços temporais que permanecem implícitos às mediações simbólicas da ação revelam o intercâmbio entre as dimensões temporais do presente, passado e futuro numa estrutura de intratemporalidade, pressupondo o ser no tempo). Assim, diz Ricoeur que:

o sentido da mimese I, imitar ou representar a ação, é primeiro pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com a sua semântica, com a sua simbólica, com a sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e ao seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária. (RICOEUR, 1994, p. 101)

A mimese II tem uma função de mediação entre a pré-compreensão e a refiguração da configuração, de forma que marca o caráter dinâmico dessa operação. A tessitura

da intriga faz a mediação entre acontecimentos individuais e uma história que encerra uma totalidade inteligível, compõe numa unidade fatores heterogêneos como agentes, fins, meio, etc. e combina, em proporções variáveis, duas dimensões temporais, uma cronológica (episódica) e uma não-cronológica (configurante), extraindo uma configuração a partir de uma sucessão.

Porém, para Ricoeur (1994, p. 110-25), o sentido pleno da mimese narrativa é restituído na mimese III, que marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do ouvinte ou do leitor. O ato de leitura conclui o ato configurante, compreendendo o leitor o diverso da ação na unidade da intriga. O leitor recebe o sentido da obra e de sua referência, entendida como a experiência que ela faz chegar à linguagem, o mundo e a sua temporalidade que a obra exhibe diante de si.

A metáfora é assim um fenômeno da linguagem, se não anterior, pelo menos contemporâneo da mimese. Empresta a ela seu poder de redescrição, seu caráter de movimento, mas a mimese está circunscrita à ação<sup>8</sup>, é uma categoria presente na narrativa e nela exerce seu papel de redescrição. Esse estreitamento da mimese enquanto categoria estética provém de uma determinada “leitura” do conceito em Aristóteles e tem claro interesse de tomar a narrativa como uma mediação privilegiada da compreensão, que aí se dá como interpretação. A narrativa apresenta um modelo de inteligibilidade e interação da dimensão temporal e existencial humana, e a mimese é o que possibilita a configuração do tempo<sup>9</sup>. A experiência da imitação é criadora da experiência temporal viva pelo distanciamento produzido pela intriga.

Ricoeur (1994, p.55-84) associa mimese e *mythos* ao conceito de narrativa<sup>10</sup> e propõe erigir a atividade narrativa a uma categoria englobante do drama, da epopéia e, inclusive, da história, apesar de Aristóteles distinguir o drama da narrativa justamente porque o primeiro não é narrativo e o segundo é. O caráter amplo da atividade narrativa está fundado no modo como se refere ao tempo, enquanto “referência cruzada” sobre a experiência temporal viva da narrativa de ficção e da narrativa histórica. Ou seja, Ricoeur (1994) desloca a questão da mimese aristotélica da ordem da relação com o real e suas determinações éticas para a experiência do tempo, sem, contudo, descartar a proposição de Aristóteles de uma mimese ligada ao agir humano. Acresce a essa dimensão a configuração da temporalidade, que é entendida como

<sup>8</sup> Por ação, Ricoeur entende mais do que a conduta dos protagonistas produzindo mudanças da situação: a transformação moral de um personagem, bem como as mudanças puramente interiores que afetam o próprio curso das sensações num nível menos consciente (RICOEUR, 1995, p. 19-20).

<sup>9</sup> A configuração temporal está assentada no princípio aristotélico da unidade da intriga, que apresenta uma estrutura una, um todo que tem princípio, meio e fim, bem como uma ação una, acontecimentos que tenham unidade (RICOEUR, 1994).

<sup>10</sup> A leitura que Ricoeur (1994) faz do conceito de mimese em Aristóteles passa pela poesia trágica, mas a categoria da mimese na *Poética* é mais ampla, como já foi dito; a palavra é empregada para definir a aptidão mimética inata aos seres humanos, para definir as artes em geral, para definir as artes poéticas e, dentre essas, para definir o drama trágico.

condição para se pensar a configuração da ação. Busca então verificar a relação de concordância e discordância entre tempo e narrativa. Essa dialética<sup>11</sup> consiste na refiguração efetiva do tempo, tornado tempo humano pelo entrecruzamento da história e da ficção, possibilitado pelo ato de leitura.

O autor (RICOEUR, 1994; 1995 e 1997) defende que o tempo da ficção e o tempo da história se cruzam, rompendo com a concepção corrente de que entre a realidade do passado e a irrealidade da ficção a dissimetria é total. Faz isso, primeiramente, colocando em questão o conceito de “realidade” aplicado ao passado, pois, para ele, o enigma da passadidade permanece, tendo sido ou não observado por testemunhas, já que o “ter sido” é problemático por não ser observável, só memorável. Para resolver esse problema, Ricoeur apresenta a noção de representância, com isso querendo dizer que as construções da história têm a ambição de serem reconstruções que respondem à demanda de um face-a-face. A categoria da representância, no entanto, não pode ser reduzida à referência, pois significa ora uma redução ao mesmo, ora um reconhecimento da alteridade, ora uma apreensão analogizante, estabelecendo-se no jogo lógico do imaginário que assegura o ato de se afigurar.

Na narrativa histórica, o papel da imaginação na configuração do passado, tal como foi, é o de mostrar que o imaginário se incorpora à consideração do ter-sido, sem com isso enfraquecer o intuito realista da história. Ou seja, na constituição da consciência histórica do passado, os conectores que marcam a instauração do tempo histórico (calendário, seqüência das gerações e rastro) são fictícios, pois se estabelecem por transferência analógica. Dessa forma, é o imaginário, através da tropologia (principalmente a metáfora), que responde à exigência de refiguração da representância.

Ricoeur (1997, p. 179-209) também afirma que a história imita em sua escrita os tipos de armação da intriga herdados pela tradição literária, o que permite, através do pacto de leitura, que se possa muitas vezes **ler** um livro de história **como** um romance, ou mesmo que o historiador restitua uma cadeia de pensamento, dando a ela a vivacidade de um discurso interior, numa espécie de **ilusão controlada** pela vigilância crítica do historiador. Também certos acontecimentos históricos marcantes igualam a historiografia à memória, como no caso do holocausto. Nesses, o relato histórico funde com a ficção o poder de provocar uma ilusão da presença do acontecimento do horror, preservando a memória do sofrimento.

O segundo conceito que Ricoeur (1997, p. 315-32) põe em questão é o de “irrealidade”, aplicado às projeções de ficção. Para tanto, também é necessário se afastar da noção de referência e buscar na apropriação mediada pela leitura a significância completa da obra ficcional. Aqui, a transferência do mundo fictício do texto ao mundo efetivo do leitor é paralela à representância do passado histórico. A

<sup>11</sup> A dialética em Ricoeur (1997, p. 178) é hegeliana, tem o caráter de tornar possível o desabrochar e a realização da realidade. Constitui, portanto, um todo que funda a si mesmo a partir da contradição e da recomposição.

ficção é quase histórica, sustenta Ricoeur, na medida em que os acontecimentos irreais que ela relata são passados para a voz narrativa que se dirige ao leitor; “é assim que eles se parecem com acontecimentos passados e a ficção se parece com a história” (RICOEUR, 1997, p. 329). Ricoeur mostra que o leitor entra num pacto com o autor no ato da leitura e inclui os acontecimentos relatados pela voz narrativa como pertencentes ao passado dessa voz que fala. Essa voz narrativa pode ser considerada idêntica ao autor implicado ou um disfarce fictício do autor real, mas essas alternativas não eliminam o fato de ser uma voz que fala, contando o que para ela ocorreu. Outro elemento passadista da relação entre ficção e história é a categoria da verossimilhança, na qual o “quase-passado” da voz narrativa distingue-se do passado da consciência histórica e se identifica com o provável, liberando certas possibilidades não efetuadas do passado histórico.

Ricoeur entende que o cruzamento da história e da ficção se dá em virtude de que ambas só concretizam suas respectivas intencionalidades tomando empréstimo da intencionalidade da outra. Assim, “a história se serve da ficção para refigurar o tempo e a ficção se vale da história com o mesmo objetivo” (RICOEUR, 1997, p. 317). Diz ele ainda que “desse entrecruzamento, dessa sobreposição recíproca, dessa troca de lugares, procede o que se convencionou chamar de **tempo humano**, em que se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, sobre o pano de fundo das aporias da fenomenologia do tempo” (RICOEUR, 1997, p. 332). Ou, em outras palavras, só há tempo pensado quando narrado. Isso, porém, não significa que Ricoeur não resguarda a inescrutabilidade do tempo. A totalidade do tempo não está presa na narrativa, pois o tempo escapa à totalização do sujeito em significações não apreendidas.

A função mimética da narrativa é a mediação que a tessitura da intriga faz entre um estágio de experiência prática que a precede e um estágio que a sucede, e que, por sua vez, faz a mediação entre tempo e narrativa. Esse caráter de mediação é duplicado, pois a mimese, ao mesmo tempo em que se constitui como mediação, também produz uma mediação. Transfigura a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra através da configuração da intriga, e, ao mesmo tempo, realiza também, nesse ato mimético, a mediação entre tempo e narrativa (entre sujeito e mundo). Porém é importante ressaltar que a mediação dá-se num fazer, na configuração da intriga e na unidade da ação refigurada em cada obra na leitura.

Para melhor compreender a importância do papel de mediação da mimese, é preciso lembrar a proposição hermenêutica de Ricoeur (1990), na qual as relações entre o sujeito (consciência) e o mundo que o circunda são perpassadas pela interpretação, pelo caráter fundamentalmente lingüístico da experiência. Nessa posição a unidade entre sujeito e mundo se estabelece porque na obra é possível configurar a ação humana e refigurá-la na leitura. Na interpretação há, portanto, dois universos que se confrontam: o da obra e o do leitor. A experiência de refiguração leva a uma

dupla distância: a da alteridade da obra e a da alteridade de si, já que a obra possibilita ao leitor “habitar o mundo” de forma diferente.

A tarefa da hermenêutica é, segundo Ricoeur (1990, p. 17-42), reconstruir o conjunto das operações pelas quais a obra se eleva do nível do viver, para ser dada a um leitor que muda o seu agir. O processo pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração e a refiguração é operado pelo leitor que, por seu fazer - ato de leitura - une a mimese I à mimese II através da mimese III. Assim, o compreender está imbricado ao interpretar, ao apreender o dinamismo de como uma nova pertinência semântica emerge das ruínas de outra.

Entende Ricoeur (1990) que o homem está submerso no mundo (outro) que lhe escapa. A possibilidade de reverter esse real em sentido só é possível no texto, pois as invenções lingüísticas, como a metáfora e a poesia narrativa, oferecem uma espécie de mediação simbólica e cultural que permite a produção de novos sentidos. A mediação oferecida pelo texto/obra é, no entanto, edificada na distância, pois Ricoeur (1990, p.43-59) recusa a antinomia de Gadamer do distanciamento alienante que possibilita a objetividade nas ciências humanas, mas, por outro lado, elimina ou degrada a participação na história. Para Ricoeur, a consciência histórica não pode se limitar a repudiar o distanciamento, deve também assumi-lo. É na hermenêutica de Gadamer que ele vê uma série de sugestões que anunciam a fusão de horizontes na distância. O texto revela o caráter fundamental da historicidade da experiência humana, que é uma comunicação **na e pela** distância. Dessa forma, a condição da distância se transforma em instrumento epistemológico, pois a dialética da distância dá-se numa luta entre a alteridade, que transforma a distância espaço-temporal em alienação cultural e a ipseidade, na qual toda a compreensão visa à extensão da autocompreensão.

O primeiro distanciamento que Ricoeur (1990, p. 43-59) estabelece na efetuação da linguagem como discurso é o da dialética do evento e da significação. De acordo com Benveniste, diz Ricoeur (1990, p. 45) que o discurso se dá como evento, pois, quando alguém fala, algo acontece, só que esse momento é fugidivo, e o que permanece é o outro pólo constitutivo do discurso, que é sua significação. Nessa articulação do evento na significação é que se dá um primeiro distanciamento, que é o do dizer no dito.

Um outro nível de distanciamento dá-se na objetivação do homem em suas obras de discurso. O discurso como obra é caracterizado pela composição, pela prática, já que a obra o organiza e estrutura, dando significado ao mundo. Porém a objetivação do discurso numa obra estruturada não suprime o fato de o discurso ser, primeiramente, um conjunto de frases em que dois sujeitos dizem algo sobre algo.

O distanciamento também é constitutivo do fenômeno do texto como escrita. É nessa que se dá a autonomia do texto em relação ao autor, fazendo do distanciamento um fenômeno constitutivo do texto e sua própria condição de interpretação, pois

libera a “coisa do texto” para a recontextualização na leitura. A “coisa do texto”, entendida por Ricoeur (1990, p. 34-5) como a referência mais fundamental manifestada diante do texto, é uma espécie de distanciamento entre o real (mundo) e o si-mesmo (sujeito) e estabelece um poder ser, uma posição de mundo.

Se interpretar é explicitar o tipo de ser-no-mundo manifestado diante do texto, essa abertura a uma realidade apela para a leitura como um momento crucial da trajetória hermenêutica. A refiguração apresenta-se como um momento de decifração de sentidos, pois no confronto das interpretações, do texto e do leitor, novos sentidos surgem. Assim a dialética da distância do texto insere-se na dialética da distância e da apropriação. A leitura, diz Ricoeur (1983, p. 55), “é o *pharmakon*, o ‘remédio’ pelo qual a significação do texto é ‘resgatada’ do estranhamento da distância e posta numa nova proximidade, proximidade que suprime e preserva a distância cultural e inclui a alteridade na ipseidade”.

O texto mostra-se como mediação, um estar dentro, como um momento de compreensão de si-mesmo, desvelando significados profundos. O que ocorre na leitura, então, não é o encontro de duas subjetividades, como intentava a hermenêutica clássica, mas uma mudança de perspectiva de si mesmo, fazendo surgir um si distanciado que pode mudar sua vida, pois só é possível compreender-se pela apropriação do distanciamento. O que é apropriado não é a intenção do autor, e, sim, o sentido próprio do texto, o poder de desvelar um mundo, que constitui a própria referência do texto. Assim, o poder referencial buscado é o desvelamento de um modo possível de olhar para as coisas.

Também não é o leitor que se projeta no texto, pois o que Ricoeur (1990, p. 57-8) pretende dizer é que a apropriação possibilita ao sujeito uma nova capacidade de se conhecer a si mesmo através de um despojamento de si, fazendo surgir um sujeito capaz de ascender a uma compreensão de si livre de ilusões, pois tem um caráter reflexivo e, portanto, emancipatório. O leitor alargado na sua capacidade de autoprojeção recebe do texto um novo modo de ser.

Na sua relação com a hermenêutica, a mimese é inserida na dialética do distanciamento e da aproximação, irrompendo da diferença que é configurada no texto e apropriada na leitura. Com isso, Ricoeur libera a mimese do fechamento da representação, já que refere um “poder ser” e, ao mesmo tempo, a democratiza, pois o leitor assume o papel de conduzir cada fase do processo até o seu final. A mimese produz sua referência, torna-se transcendental em relação a qualquer dado *a priori*. Assim, a mimese determina o que é uma ação. A referência deve ser continuamente diversificada, de modo que o dinamismo daí resultante produza uma referenciabilidade que faz com que a própria ação se torne presente. Só que para não tornar a mimese auto-referencial, eliminando a relação entre o dado e a imitação, em que a mimese se tornaria seu próprio objeto, Ricoeur (1994, p. 117) diz que a mimese é uma ação a

respeito da ação e deve extrapolar a referência a partir da figuração da ação imitada para tornar as figurações concretas em si mesmas, ou seja, ações.

A apreensão da temporalidade que a mimese narrativa efetua insere o conceito numa dimensão histórica. Ricoeur (1994) transfere a lógica da narrativa à história, concebendo um modelo historiográfico e literário que se embasa no princípio formal de configuração temporal que faz de uma história contada uma história una e completa. Com isso quer enfatizar a causalidade e a unidade da intriga, as quais repousam sobre a certeza da continuidade histórica, no duplo sentido da continuidade de eventos e narração. Ao leitor cabe restituir a lógica enfatizada no modo de inteligibilidade que o poder configurante da narrativa pretende.

CAIMI, C. Literature and history: mimesis as mediation. **Itinerários**, Araraquara, p. 59-68, 2004.

- *ABSTRACT: Paul Ricoeur assumes that literature and history mingle in a refiguration of time, made possible by the reading process. Thus, the mediation between them is established by mimesis of action, once it is mediated by itself (prefiguration, configuration and refiguration) and, at the same time, makes the mediation between time and narrative, because time can only be thought of when narrated. This hermeneutic/mediative process of mimesis occurs through the possibility of the configuration of human action in the text and its refiguration in the reading process.*
- *KEYWORDS: Paul Ricoeur; literature; history; mimesis; time; narrative.*

## Referências

- ARISTÓTELES. **Poética**. Porto Alegre: Globo, 1966.
- ARISTÓTELES. **Rethorique**. Tradução de Antonio Pinto de Carvalho. São Paulo: DIFEL, 1959.
- GAGNEBIN, J.M. Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.30, n.11, p.261-72, 1997.
- RICOEUR, P. **A metáfora viva**. Porto: Rés, 1983.
- RICOEUR, P. **Teoria da interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994. v.1.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1995. v.2.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997. v.3.